

**A DITADURA EMPRESARIAL-MILITAR, O GRANDE CAPITAL E AS LUTAS DE CLASSES  
NO BRASIL**

**LA DICTADURA EMPRESARIAL-MILITAR, EL GRAN CAPITAL Y LA LUCHA DE  
CLASES EN BRASIL**

**THE ENTREPRENEURIAL-MILITARY DICTATORSHIP, BIG CAPITAL AND CLASS  
STRUGGLES IN BRAZIL**

DOI : <https://doi.org/10.9771/gmed.v16i1.61609>

Cláudio Beserra de Vasconcelos<sup>1</sup>

Márcia Santos Lemos<sup>2</sup>

Oswaldo Teodoro dos Santos Filho<sup>3</sup>

Rejane Carolina Hoeveler<sup>4</sup>

O número de estudos publicados sobre o golpe de 1964 e a ditadura instaurada logo a seguir é grande e cresceu nas últimas décadas. O interesse pelo tema nasceu já nos primeiros momentos após a tomada do Estado, mas é especialmente significativo o aumento da produção a partir dos anos 1990 e, em particular, dos aniversários de 40 e 50 anos do golpe, já nos anos 2000. Os temas e abordagens são diversos. Mas, Apesar do volume e da riqueza de interpretações, seria incorreto pensar que esse é um assunto esgotado. Em 2024, o golpe que deu início à ditadura empresarial-militar no Brasil completa 60 anos. Novas e bem-vindas pesquisas vêm a lume. O dossiê “A ditadura empresarial-militar, o grande capital e as lutas de classes no Brasil”, ora publicado na revista *Germinal: marxismo e educação em debate* tem por objetivo se somar a esse esforço.

Nossa intenção é propor o debate a partir do rigor analítico da dialética materialista sobre os fundamentos, os sujeitos sociais, os impactos e desdobramentos do golpe empresarial-militar no Brasil, a partir de 1964. Nossa percepção, a de que esse fenômeno foi caracterizado, principalmente, pelas transfigurações do capital e pelo seu conteúdo de classe, não é hegemônica. Pelo contrário, optar pela compreensão da ditadura como classista e pela conceituação como empresarial-militar significa adentrar

em um debate historiográfico bastante vivo na atualidade, assumindo uma posição criticada por muitos e não tão “na moda”.

### ***As interpretações sobre o golpe e a ditadura***

De fato, não existe um consenso quanto às razões do golpe, desenvolvimento e classificação do regime. São muitos e distintos os referenciais teóricos, as temporalidades, as interpretações. Há desde pesquisas fundamentadas em robusta base teórica e empírica a outras, sustentadas em revisionismos frágeis em todos os sentidos.

Alguns analistas, mesmo considerando certas particularidades, comungam da percepção de que o golpe foi uma resposta à crise do período 1961-1964, ao processo em curso sob o governo Goulart e às crescentes pressões produzidas pelos trabalhadores, e defendem a tese de ausência de um projeto elaborado no pré-1964 com vistas à transformação do sistema político.

A título de exemplo dessa concepção, é possível citar Argelina Figueiredo (1993) e Jorge Ferreira (2003), que centram suas atenções sobre a radicalização dos atores políticos, em especial da esquerda, durante o governo João Goulart, e findam por concluir que o golpe resultou da opção da esquerda pela estratégia do confronto. Há também Marco Antônio Villa (2014) que opta pela desqualificação pessoal de João Goulart, acusando-o de “incompetente” e “golpista”, e sustenta que o que ocorreu em 1964 foi um “contragolpe preventivo”. Além deles, Elio Gaspari (2002) que repete a mesma tese de golpismo de Goulart e, radicalizando as teses de Figueiredo e destacando o papel dos militares, entende o golpe e os caminhos da ditadura como resultado de ações individuais e contingências factuais. Também merece menção o trabalho de Maria Celina D’Araújo, Gláucio Soares e Celso Castro (1994) que, contrapondo as análises acadêmicas aos depoimentos dos militares, percebem o golpe como resultado de ações dispersas e embaladas pelo clima de inquietação e incerteza que havia invadido a corporação. Em complemento, advogam que não havia um projeto de governo entre os vencedores, e que o golpe teria sido contra algo e não a favor de determinadas ideias. Em uma perspectiva distinta, Carlos Fico (2000) reconhece a existência de planos de ação e de um processo de sistematização de uma doutrina anteriores ao golpe, mas entende que eles tiveram uma importância relativamente pequena quando da implantação de políticas efetivas durante os governos militares.

No que se refere propriamente à caracterização do golpe e do regime, assim como Marcos Napolitano (2014), em outro texto, Fico (2017) percebe a ação de tomada do poder como resultado de uma ampla coalização “civil-militar”, mas mantém o entendimento de que a situação construída a partir de 1964 deve ser definida como “ditadura militar”, face à supremacia dos militares na efetiva direção do país, o que inclui o controle do aparato repressivo, da comunidade de informações, da construção da ordem legal e normativa que fundamentou a institucionalização do regime, e mesmo do processo de transição política que resultou no fim da ditadura. Napolitano (2014, p. 11), por sua vez, embora enfatize o caráter autoritário desde o primeiro momento, e reconheça que “amplos setores sociais” de fora da caserna foram sócios e beneficiários do regime, opta por definir como “regime militar”.

Trabalhando em uma perspectiva teórica distinta das adotadas por Fico e Napolitano, João Quartim de Moraes também defende a validade do uso da caracterização de “ditadura militar”. Contudo, frisa que é uma falácia entender que tal expressão pretenda explicar o caráter social do regime. Moraes parte do entendimento de que os militares fazem parte de uma classe. Por conseguinte, quando afirma que, entre 1964 e 1985, houve uma “ditadura militar”, está se referindo “ao modo de exercício do poder político” e “deixando implícito que a classe dominante era e é a burguesia”. Nas palavras do próprio autor,

Durante aquele período a cúpula do aparelho militar monopolizou o controle do Executivo federal e recorreu ao terrorismo de Estado, notadamente à tortura sistemática dos presos políticos para aniquilar a resistência clandestina. Os “civis”, entendamos, os porta-vozes da grande indústria, da alta finança e do latifúndio, participaram dos governos ditatoriais, embora nas situações graves a decisão em última instância pertencia aos generais de quatro estrelas e de garras afiadas. (MORAES, 2012).

Também em uma perspectiva distinta daquela adotada por Fico e Napolitano, João Roberto Martins Filho (2014) afirma o caráter militar da ditadura. Para o autor, a ditadura apresentou uma ideologia fundamentalmente militar. Martins Filho defende a tese de que o Exército teria apresentado depois de 1964 uma cultura política homogênea, especialmente em termos de ideologia, baseada na aceitação de cosmovisões e doutrinas desenvolvidas no âmbito da Escola Superior de Guerra (ESG). Além disso, quanto à organização do poder, o autor destaca que, pela primeira vez no século XX, os militares mostraram vontade de não devolver o poder aos civis depois de deporem um governo constitucional. A rápida militarização do Estado foi uma manifestação concreta deste processo. Salientar a militarização do poder e a homogeneidade ideológica; não impede o autor de destacar a existência de dissensões dentro da hierarquia militar. Longe disso! Martins Filho sustenta justamente que a dinâmica política do regime era marcada pelos conflitos internos nos quartéis. Para ele, portanto, eram as crises militares que impulsionavam as definições e redefinições do processo político, resultando na progressiva militarização do regime. Entretanto, salientar o caráter fundamentalmente militar da dinâmica política da ditadura e a crescente militarização do regime não significa que o autor não reconheça a relevância da ideia de assentimento civil ao regime instaurado em 1964. Pelo contrário, Martins Filho julga ser necessário e fundamental estudar as formas de apoio civil e lembra que o estudo de René Armand Dreifuss (1981) já seguia nessa direção. Além disso, mesmo defendendo o uso da expressão “ditadura militar”, Martins Filho não deixa de ressaltar o caráter de classe do golpe e da ditadura.

Contudo, atualmente, é o termo “civil-militar” que tem sido usado em grande medida, tanto pelos analistas como por movimentos sociais, como definidor do golpe de 1964 e da ditadura que seguiu a ele. O principal expoente dessa corrente interpretativa é Daniel Aarão Reis Filho (2014). Para esse autor, a ditadura foi uma construção histórico-social da sociedade brasileira, mas predomina uma versão da memória que finda por ocultar as “relações complexas entre a ditadura e a sociedade brasileira, em especial os apoios e as bases sociais com os quais a ditadura contou desde sua gênese e enquanto durou” (REIS FILHO, 2004, p. 13). Embora em vários momentos apareça complementada por expressões como “parte”, “parcela”, via de regra, na numerosa produção do autor, a menção à sociedade emerge de forma

bastante generalista. Isto resulta na identificação simplista do elemento “civil” com “toda” a sociedade brasileira.

Adotando a mesma linha interpretativa e declarando sua inspiração em Daniel Aarão Reis Filho, Samantha Quadrat e Denise Rollemberg (2011) expõem o propósito de elaborar uma análise que vise romper com as noções de opressão/oprimidos, coerção todo-poderosa, propaganda-manipuladora-sedutora, Estado versus sociedade. Partindo desse fundamento, se propõem a buscar entender como se constroem consensos e consentimentos com relação a regimes autoritários e, assim, compreender e não justificar “experiências autoritárias e ditatoriais no século XX, legitimadas pelo apoio de significativas parcelas da sociedade, sobretudo pelas camadas populares”. Nas palavras das autoras,

Se a resistência e a memória da resistência sempre identificaram as ditaduras à tirania, veremos como, não raramente, estas foram reivindicadas até mesmo como salvadoras da própria democracia, dos valores nacionais e sociais, como o único caminho, o fio condutor da transformação radical da sociedade. Em diferentes circunstâncias, a democracia é que foi rejeitada. (Rollemberg; Quadrat, 2011, p. 17).

Como corolário, os ditadores, nessa perspectiva, findam por expressar valores e interesses da sociedade que, em dado momento, eram outros que não os democráticos. (Rollemberg; Quadrat, 2011, p. 17) A argumentação das autoras está fundada, pois, na seguinte premissa: a existência de uma cultura política autoritária dispersa verticalmente pela sociedade seria base para o consenso e o consentimento social com relação aos regimes autoritários.

Não há, nesse texto, uma definição clara do que Rollemberg e Quadrat entendem por autoritarismo, consenso e consentimento e, nem mesmo, uma afiliação teórica explícita. De maneira breve, há apenas a menção ao autoritarismo como “traço de união do passado e do presente” (Rollemberg; Quadrat, 2011, p. 17) e “elemento da cultura política de muitas sociedades”. (2011, p. 24) Em poucos momentos, frisam que o consentimento foi oriundo de “parcelas”, “setores” ou “segmentos” da sociedade (2011, p. 14, 17, 24 e 25). Na maior parte das vezes em que são referenciadas, as relações dos regimes autoritários, a busca de consentimento e a presença de valores autoritários aparecem vinculados à “sociedade”, caracterizada como algo monolítico.

Portanto, assim como em Reis Filho, na análise de Rollemberg e Quadrat, a sociedade aparece de forma bastante homogênea, e não há uma qualificação do que denominam de adesão afetiva, apoio, omissão, ou identificação com relação aos valores da ditadura. Contudo, é sabido que esse apoio não foi total e nem permanente, mas que ficou restrito a setores da sociedade e/ou a períodos nos quais os “benefícios” da política econômica do regime atingiram em maior grau determinadas camadas sociais.

Após anos de críticas a imprecisão dessa argumentação,<sup>5</sup> Denise Rollemberg, em texto escrito em coautoria com Janaína Cordeiro (2021), desenvolve um esforço de melhor definição do conceito de consenso. Nessa tentativa, findam por explicitar suas afiliações teóricas.

A intenção das autoras é a de inserir suas pesquisas sobre a realidade da ditadura brasileira em uma tendência maior, internacional, voltada para a análise da construção do consenso sobre Estados autoritários. No caso, na Europa dos anos 1920-1940. Com esse objetivo, dão relevo, especialmente, aos trabalhos de Renzo de Felice, ex-comunista que migrou para a direita liberal, historiador revisionista do

fascismo italiano e autor de uma biografia sobre Mussolini. Em seguida, para o cenário do apoio social no caso alemão, as referências são os revisionistas Robert Gellately, historiador canadense, crítico do stalinismo, e Götz Aly, jornalista e historiador alemão, que defende a tese de que a Alemanha nazista teve amplo apoio popular. Porém, a ideia mais clara do que Rollemberg e Cordeiro entendem por consenso emerge das observações de Miguel Ángel del Arco Blanco (2009, p. 249), autor espanhol que afirma a inquestionabilidade das teses defelicianas de que teria existido um consenso da maioria da sociedade italiana quanto ao regime fascista de Benito Mussolini. Arco Blanco refletindo sobre as observações do historiador espanhol Ismael Saz, revisionista do regime franquista, entende a categoria consenso como uma “gama diferenciada de comportamentos e atitudes que concorrem, ao fim, para garantir a sustentação do regime”. Desse modo, “longe de significar unanimidade, designa as mais ‘variadas matizes e cores’ que os comportamentos individuais podem representar”, com relação ao regime estabelecido. Rollemberg e Cordeiro acrescem a essa visão do que seria o consenso social, as observações de Pierre Laborie, historiador francês, sobre o regime de Vichy e a ocupação nazista de parte do território francês entre 1940 e 1944. Em particular, os conceitos de *penser-double*, referente à existência de sentimentos opostos, à forma ambivalente de pensar na opinião comum, e de “zona cinzenta”, relativo a comportamentos como omissões, indiferenças, adaptações, acomodações, existentes entre o apoio e a rejeição dos franceses à ocupação nazista. De acordo com Rollemberg e Cordeiro, a tese da zona cinzenta ajuda a “compreender como as sociedades experimentaram situações extremas e tiveram que adaptar o seu cotidiano às novas circunstâncias”. (Rollemberg; Cordeiro, 2021, p. 35-36)

Apesar da tentativa de uma melhor conceitualização, dada a variabilidade e mutabilidade do que pode ser compreendido como “consenso” pela perspectiva adotada, o seu uso permanece impreciso e pouco acrescenta ao esclarecimento do sentido social e político do golpe e da ditadura. Além disso, é mantida a percepção monolítica da sociedade, é repetida a tese da existência de uma “cultura política autoritária”, presente tanto nas elites políticas e econômicas brasileiras como nas camadas populares, tanto na direita como na esquerda, permanecendo ausente uma definição clara de um conceito de autoritarismo. De concreto, apenas a aproximação com uma historiografia internacional revisionista, liberal-conservadora.

Podemos, pois, afirmar que, nos trabalhos dessa perspectiva historiográfica, “civil-militar” apresenta-se como um termo muito vago que não define quem foi que ganhou, e a quem a ditadura serviu. Lacuna que a caracterização do golpe e do regime como “empresarial-militar”, cunhada pioneiramente por René Dreifuss (1981), visa justamente cobrir, ao focar nos elementos definidores do conteúdo social do regime político.

### ***René Dreifuss e uma agenda de pesquisa atual***

Publicado em 1981, o livro de Dreifuss, originário de sua tese de PhD na Universidade de Glasgow, cujo título original é *State, class and the organic elite: the formation of the entrepreneurial order in Brazil, 1961-1965*,<sup>6</sup> comprova, com base em rica pesquisa documental, a ação política conjunta e organizada do

empresariado e dos militares, sob liderança do bloco econômico multinacional e associado, com vistas à organização de um projeto de reformulação do Estado e de derrubada do governo reformista de João Goulart. Com relação a esse aspecto, em particular, Dreifuss destaca o papel central desempenhado pelo Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES). De acordo com a visão do autor, o IPES teria organizado os interesses sócio-políticos do capital multinacional e associado, funcionando como espaço de discussão e elaboração de uma agenda de mudanças estruturais para a dinamização do capitalismo brasileiro, conformando, após a chegada desse grupo ao poder, a mencionada “ordem empresarial” (“*entrepreneurial order*”).

É importante notar que Dreifuss utiliza principalmente conceitos de cariz gramsciano, como “bloco histórico”, “crise orgânica”, “transformismo” e “sociedade civil” tal como entendidos por Gramsci; mas também cunha as noções, mais descritivas e, portanto, menos “puras” do ponto de vista teórico, como por exemplo “elite orgânica”, “capital (ou bloco, a la Poulantzas) multinacional-associado” ou “tecnoempresário”, conforme utilizado na época pelo sociólogo Fernando Henrique Cardoso. Entretanto, os autores basilares na estrutura conceitual dreifusiana são mesmo Antonio Gramsci, Nicos Poulantzas e Ralph Miliband.

Ao contrário de autores que o criticam fazem e do senso comum liberal que impera sobre tais conceitos, Dreifuss não entende “Estado” e “sociedade” como entes herméticos e devidamente separados. A partir da noção gramsciana de Estado integral ou ampliado, o autor sabe do caráter de classe do Estado no capitalismo e das diferenças entre Estado, regime e governo.

Ora, como compreender a atuação do complexo composto por IPES (Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais), IBAD (Instituto Brasileiro de Ação Democrática) e a ESG (Escola Superior de Guerra) na “sociedade” sem observar que a sociedade civil é um espaço de articulação de interesses de classe opostos, portanto uma arena de conflito e não de liberdade. Dreifuss observou, igualmente, que existia uma forte atuação desse mesmo complexo de articulação de interesses de classe em plena sociedade política, isto é, no Estado. Na vulgata liberal, tomada como dada pela corrente revisionista, a sociedade figura como um espaço de liberdade em oposição ao Estado visto como espaço de negação da liberdade, do autoritarismo etc.

Por último, ainda em resposta à crítica revisionista a Dreifuss, muitas vezes pautada em uma infundada acusação de “conspiracionismo”, fica a seguinte questão: se houve necessidade de um golpe de Estado, um golpe militar, é porque tais setores não conseguiram atingir seus objetivos apenas com a inserção/influência que já possuíam sobre o Estado *strictu sensu* (sociedade política, para Gramsci). O golpe e a ditadura que o seguiu não foram planos na cabeça de alguns obcecados pela violência e pela tortura, ele só foi vitorioso graças a uma ampla organicidade na atuação política consciente de um setor de vanguarda do empresariado brasileiro (sua fração mais internacionalizada) juntamente com um setor importante das Forças Armadas. Caso esses agentes tivessem obtido o consenso na sociedade civil, e seus interesses pudessem ser alcançados dentro dos quadros do regime “populista” de 1946, não teria havido a necessidade, para eles, de um golpe.

Para Gramsci, todo regime político em um Estado capitalista equaciona uma proporção variável entre coerção e consenso, e não apenas as ditaduras exigem um mínimo de hegemonia (consenso), como as democracias também exigem coerção. A combinação variável desse par dialético fala sobre a capacidade de dominação hegemônica das classes dominantes de uma sociedade em determinado bloco histórico. No Brasil, a partir de uma leitura gramsciana, pode-se dizer que não houve uma revolução ativa, e sim revoluções passivas, sem elementos jacobinos, com uma burguesia que sempre preferiu se aliar às burguesias centrais e aplicar truculência aos subalternos nacionais. Em diálogo com Florestan Fernandes, o ponto mais importante para compreender 1964 é seu caráter de constituir um aprofundamento “a quente” da longa contrarrevolução preventiva permanente brasileira. Não importa se não existia nenhuma possibilidade da tomada de poder pelos comunistas; àquela altura dos anos 1960, comprometidos com o regime, que embora os deixasse na ilegalidade, possibilitava brechas importantes para a atuação política da classe trabalhadora. A questão é que no Brasil o imperativo burguês da contrarrevolução preventiva permanente esteve presente tanto no golpe de 1964 como na transição democrática.

De acordo com Dreifuss, o conceito de crise orgânica ou crise de hegemonia é fundamental para compreender a conjuntura que possibilitou a vitória dos golpistas em 1964. A crise deve ser observada em seus múltiplos aspectos: econômica, crise política com um descolamento de representações políticas em relação a suas bases sociais (crise de representatividade), entre outras facetas. Os aspectos dessa crise incluíam aquilo que Dreifuss chamava de “ataque bifrontal” ao regime de 1946: de um lado, a burguesia mais internacionalizada se rebelava contra as Reformas de Base e aspirava um regime mais afeito a suas demandas; por outro, o movimento operário adquiria cada vez mais autonomia, inclusive perante o próprio presidente Jango, como se evidenciou na greve política de julho de 1962, a qual visava a queda de Auro de Moura Andrade, um dos responsáveis pelo “golpe brando” do parlamentarismo.

Sobressai da interpretação de Dreifuss a natureza de classe do golpe e da ditadura, evidenciada pela mobilização de segmentos organizados da classe dominante com o objetivo de desestabilizar e derrubar o governo de João Goulart e pelas políticas adotadas no governo Castello Branco. A adoção de tais ideias resultou na reformulação do Estado brasileiro, consolidando um capitalismo de tipo tardio, dependente, desigual, extensamente industrializado, e com uma economia dirigida para alto grau de concentração de propriedade na indústria e na integração com o sistema bancário. (DREIFUSS, 1981, p. 485). Por conseguinte, o que teria ocorrido em 1964 e ao longo da ditadura foi a colaboração de uma parcela da sociedade brasileira e não da sociedade de modo genérico e amplo.

Nesse sentido, mesmo quando Dreifuss adota o termo “civil-militar”, não configura o entendimento de que toda a sociedade brasileira apoiou o golpe de Estado. Tal uso, na obra do cientista político uruguaio, apresenta uma consistência, pois se refere a um sentido de classe do golpe, identificando socialmente os civis e ressaltando a participação da burguesia na conjuntura de 1964 e na condução da ditadura. Por outro lado, essa opção não o leva a compreender os militares como instrumentos manipulados por determinada elite civil, mas como inseridos em uma classe social e partícipes de uma coligação golpista. Como sintetiza Renato Lemos (2012), seguindo a interpretação de Dreifuss, o golpe e a ditadura podem ser caracterizados como “uma operação política de uma parte da sociedade – que incluía

civis e militares – contra outra – que, igualmente, envolvia civis e militares”. O fato do cargo de presidente da República ser sempre ocupado por generais do Exército, durante todo o período ditatorial, não pode apagar o caráter de classe do regime.

Além disso, a análise de Dreifuss também apresenta elementos que servem à contestação da tese de que não havia um projeto de governo entre os vencedores, e que o golpe teria sido contra algo e não a favor de algo. Sua obra comprova que o grupo formado pelo IPES em parceria com a Escola Superior de Guerra (ESG) possuía um programa de Estado, e, analisando o governo do general Castello Branco (1964-1967), demonstra, através da composição ministerial e dos projetos aplicados, como a elite orgânica desse grupo atingiu os mais altos postos do regime e como projetos por ela delineados foram implementados durante esse governo. Isso leva Dreifuss a caracterizar o regime ditatorial como exercício de poder de uma fração de classe – a dita conformação da ordem empresarial –, da qual as Forças Armadas eram elemento importante.

Adotada já há algum tempo por um segmento do campo historiográfico, a tese do caráter empresarial-militar do golpe de Estado de 1964 e da ditadura que se seguiu a ele tem ganhado corpo com a continuidade de diversas pesquisas realizadas ao longo dos últimos anos. Hoje, podemos dizer que já são numerosos os estudos sobre o sentido político e social do golpe que derrubou o presidente João Goulart e percebem o regime político que o sucedeu como uma ditadura empresarial-militar.<sup>7</sup> Uma síntese das perspectivas analíticas de alguns autores que comungam dessa concepção pode ser extraída do texto coletivo presente no relatório final da Comissão Nacional da Verdade (MELO et al., 2014, p.313-340). Nele, são apresentados diversos aspectos da participação do empresariado no golpe de Estado e na construção da ditadura, com destaque não só para o papel do IPES, mas também para o do Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD), além das articulações do empresariado com os militares, o papel da grande imprensa, a adoção de políticas públicas e de reformas do Estado, visando atender aos interesses da classe empresarial nacional e internacional, o peso de membros da classe dominante no processo decisório e a colaboração de grandes empresários no financiamento das estruturas de repressão. Como salientam os autores:

na conspiração que culminou na deposição do presidente João Goulart, o papel do grande setor privado nacional e estrangeiro foi decisivo, por meio da mobilização das associações de classe há muito existentes e das novas entidades da sociedade civil, criadas naquele contexto. Entre as últimas, o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e o Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES), de forma articulada, conformaram a iniciativa mais importante de associativismo, visando à subversão da ordem republicana e à elaboração das diretrizes seguidas pelo novo regime implantado no país a partir de abril de 1964. A associação que o cientista político uruguaio René Armand Dreifuss<sup>6</sup> chamou de “complexo IPES/IBAD” foi muito mais do que um mero dispositivo conspiratório, constituindo-se em um espaço de elaboração de um projeto modernizante conservador realizado pela ditadura que se seguiu. (MELO et al., 2014, p.316)

Dito isso, é necessário também afirmar que a obra de Dreifuss, longe de ser um ponto de chegada, vem sendo um ponto de partida para inúmeras investigações históricas, não somente sobre o papel do IPES na “conquista do Estado”<sup>8</sup>, mas sobre diversos aspectos relacionados à dominação de classe no Brasil contemporâneo, pois o autor nos brindou ainda com uma obra sobre táticas e estratégias

do empresariado transnacional e seus aparelhos privados de hegemonia das classes dominantes anglo-saxãs (*A Internacional Capitalista*, de 1987) e sobre o papel do empresariado na transição democrática (*O jogo da Direita*, de 1989).

Em síntese, por entender tanto o golpe como a ditadura como tendo um conteúdo de classe e, como tal, pelo papel fundamental que o regime exerceu para a consecução de mudanças estruturais que visavam a dinamização do capitalismo brasileiro em prol dos interesses ligados ao capital multinacional e associado, a conceituação como “empresarial-militar” nos parece a que mais se aproxima da definição do sentido social e político do golpe e da ditadura. Em função disso, o presente dossiê está composto essencialmente por interpretações que contemplam e visam aprofundar essa caracterização, mas sem perder de vista a polêmica que envolve distintas definições.

### ***Golpismo ontem e hoje***

Não apenas a sociedade brasileira se defrontou com seis décadas do golpe de Estado que mudou o curso da História recente do país. Também no Chile, em setembro de 2023, foi lembrado e debatido o violento golpe empresarial-militar de 1973, encabeçado pelo general Augusto Pinochet há 50 anos, no mesmo contexto das ditaduras militares pró-capitalistas apoiadas pelos Estados Unidos durante a Guerra Fria. Na ocasião do cinquentenário no Chile, ocorreu um debate público sobre revisionismos e negacionismos, embora restrito a determinados círculos políticos e acadêmicos e pouco repercutido em setores mais amplos da população. Em 2023, organizações de mulheres chilenas lideraram uma grande marcha silenciosa ao Palácio *de la Moneda*, sede de governo e do Estado chileno, bombardeado no dia 11 de setembro de 1973 com o presidente em exercício Salvador Allende dentro.

Um dos temas mais importantes nas reflexões evocadas em setembro de 2023 no Chile, por ocasião do cinquentenário do golpe, foi justamente o do negacionismo, termo que é utilizado no debate público chileno para fazer referência a todo tipo de relativização da violência da ditadura, incluídas visões que condenam as violações de direitos humanos, entretanto defendem haver um “lado positivo” de tal regime: a apologia do “milagre” econômico – tal qual defendida pelos intelectuais orgânicos do regime pinochetista como Jaime Guzmán ou José Piñera.

Entretanto, o contexto político dentro do qual são pensados os 60 anos do golpe no Brasil guarda diferenças significativas quanto ao cenário chileno. Por aqui, em pleno mês de “descomemoração” do golpe, assistimos, estarrecidos, a chocantes descobertas jornalísticas e jurídicas sobre a complexa articulação empresarial e militar de uma nova tentativa de golpe no país, felizmente sem sucesso, no dia 8 de janeiro de 2023, a poucos dias do início do mandato do presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva (PT).

O bolsonarismo, movimento político em torno da figura de Jair Bolsonaro e sua família, potencializado entre 2017 e 2018, e que logrou reunir diferentes vertentes da direita brasileira, cada vez mais extremizada, tem como um de seus mitos palíngênicos justamente a ditadura militar instalada em 1964.

Entretanto, não custa lembrar, Bolsonaro esteve nas fileiras daqueles setores militares de baixa patente que não viam com bons olhos a abertura (ou “descompressão”) política proposta pela própria ditadura, ou pelo menos aqueles intelectuais orgânicos mais importantes do regime, como Golbery do Couto e Silva. Jair Bolsonaro não tem como referência estes últimos, isto é, militares de alto escalão que estiveram no comando da ditadura; na verdade, ele prefere estar associado de figuras como o coronel Brilhante Ustra, conhecido torturador do DOI-CODI (Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna), um dos personagens mais hediondos daquele sistema repressivo, e que, além disso, também não se destacava por suas qualidades intelectuais – o que talvez explique a admiração/identificação de Bolsonaro.

Se o “golpe brando” (empresarial, judicial, midiático e parlamentar) desferido em 2016 contra a presidente Dilma Rousseff (PT) já havia colocado em xeque a percepção de que havia sido consolidada a democracia (liberal burguesa) no Brasil, o processo de “desdemocratização” vivido no país durante o mandato de Bolsonaro (2019-2022) traz ainda mais questionamentos sobre os golpismos de ontem e hoje. A eleição de Bolsonaro revelou uma correlação de forças sociais extremamente desfavorável aos movimentos populares e interesses da classe trabalhadora.

A massificação e persistência da ideia de que um novo regime militar seria a saída para os problemas do país foi um dos legados mais nefastos do bolsonarismo, ideologicamente. O 8 de janeiro de 2023 revelou a predisposição golpista de parte minoritária do empresariado e das Forças Armadas, mas que possuem ainda enorme poder político. Não por acaso, apesar de todas as denúncias, o bolsonarismo conseguiu reunir uma multidão na Avenida Paulista no dia 25 de fevereiro de 2024. A dois meses do aniversário do golpe, um projeto nitidamente antidemocrático, antipopular e antinacional, tanto quanto ou mais em comparação ao projeto golpista vitorioso em 1964, mostra ter ainda grande capacidade política, influência e capilaridade de suas ideias, transmitidas seja por meios de comunicação como aplicativos de mensagens, e campanha eleitoral aberta dentro de igrejas e templos.

Existem ainda mais diferenças que poderíamos explorar entre o bolsonarismo e a mobilização para o golpe de 8 de janeiro de 2023 e a conjuntura pré-1964. Diferentemente do pré-golpe de 1964, quando a mobilização pró-golpe nas ruas era desejável, por isso mesmo foi fomentada, financiada e articulada por setores políticos golpistas civis e militares, mas rapidamente descartada após a consolidação do golpe, no bolsonarismo a mobilização é constante e não termina com a chegada de seu líder ao centro do poder. Uma diferença cabal é que, consolidado o golpe de 1964, e principalmente após a indicação pelo Congresso de Castello Branco à presidência, essas mobilizações tornaram-se desnecessárias, e desapareceram.

Bolsonaro na presidência se comportou na maior parte do tempo como um agitador, como se não respondesse pela própria gestão, sempre alegando forças obscuras, o “marxismo cultural”, a “ideologia de gênero” e mais uma porção de fantasmas e teorias “conspiratórias” – as quais também existiam a seu modo nos anos 1960. O anticomunismo é um fio de continuidade importante, que atravessa e se reinventa após a queda do muro de Berlim e o fim da União Soviética. Agora o inimigo não é mais o

comunismo soviético, mas o feminismo, os movimentos antirracistas, LGBTQIAP+, entre outros, além dos inimigos tradicionais oriundos da classe trabalhadora organizada.

O que chama ainda mais atenção na conjuntura desse mês de abril de 2024, em que se completam 60 anos do golpe, para além das continuidades ideológicas golpistas dentro das Forças Armadas e do empresariado reveladas pelo 8 de janeiro de 2023, é que o governo Lula, isto é, o mesmo que sofreu tal tentativa de golpe, tenha orientado sua base e os próprios movimentos sobre os quais tem influência, a não promover eventos e atos sobre o tema. É realmente muito impactante que após 60 anos do golpe esteja-se debatendo a possibilidade de anistia para esses militares e empresários envolvidos em uma tentativa de golpe revelada em tantos detalhes, com tantas evidências. Será que uma vez mais veremos a continuidade de uma longa trajetória de esquecimento e anistia para golpistas?

Sabemos, entretanto, que os procedimentos possíveis dentro desse regime democrático cada vez mais carcomido pelo neoliberalismo são sempre limitados, ainda que importantes para um freio mínimo na sanha golpista empresarial-militar que parece ser nossa sina.

O presente dossiê procura trazer à tona as pesquisas mais densas e recentes sobre diversos aspectos do golpe de 1964 e da ditadura empresarial-militar.

O dossiê que segue, intitulado *A ditadura empresarial-militar, o grande capital e as lutas de classes no Brasil*, é aberto pela **Entrevista** realizada com Caio Navarro de Toledo. O professor aposentado da Unicamp, hoje um dos principais editores da página eletrônica de pesquisa e difusão da teoria marxista nas mais plurais perspectivas, o blog [marxismo21](#), é responsável por uma produção bibliográfica, entre livros e artigos científicos que possuem rigorosas análises acerca da emergência, causas e consequências do golpe empresarial-militar. Nosso entrevistado nos prestigiou com um conjunto de reflexões que conectam o debate acerca do golpe de 1964, as transformações no modo de produção capitalista e, por conseguinte, suas implicações em diferentes esferas sociais que se expressaram no período ditatorial no Brasil. De acordo com Caio Navarro de Toledo, “a teoria de Marx é uma referência fundamental para quem busca, com rigor e em profundidade, conhecer a dinâmica e as contradições das sociedades capitalistas contemporâneas.”

Na seção **Debate** apresentamos 31 artigos entre convidados e convidadas, além daqueles que adentraram pela chamada pública do dossiê. São escritos que abordam, sob distintas e enriquecedoras perspectivas, diferentes estudos que dialogam com o mote do dossiê.

Carlos Zacarias de Sena Júnior inaugura essa seção da revista com um debate em torno da memória do golpe de 1964. A fim de descobrir de que modo a disputa pela memória opera em convergência com os atuais interesses políticos, Sena Júnior tensiona o debate acerca dos revisionismos e da utilização política deste passado no tempo presente. Em seguida, apresentamos as contribuições de Milton Pinheiro, pesquisador com uma vasta obra sobre a temática, examina as forças políticas, bem como as frações burguesas que a partir de um complexo aparato ideológico apropriaram-se do Estado e o colocaram de forma plena a serviço de uma burguesia consorciada aos interesses imperialistas.

Tiago Monteiro abre diálogo com as tradições interpretativas assentadas entre teorias e evidências, objetivando examinar os fundamentos das categorias que adjetivam a ditadura no Brasil, assim,

tentando apanhar suas motivações e fragilidades. Na sequência, Demian Melo insere o debate entre revisionismos históricos e revisionismos historiográficos. A partir de 1964, o historiador se dispõe a traçar paralelos entre o debate acadêmico e o discurso público. Com o intento de analisar, a partir das contribuições da análise de discurso de orientação materialista, os efeitos de memória presentes nos discursos em ocasiões de rememoração/comemoração da Ditadura Empresarial-Militar de 1964, destaca-se o artigo de autoria de Rosiane Aguiar-Santos e Gerenice de Oliveira Cortes.

Na busca por realizar um balanço da bibliografia recente sobre ditadura brasileira, Yagoo Moura traz à tona elementos e questões teóricas relativas as discussões que vêm sendo empreendidas sobre o tema. O autor apresenta uma exposição contemplando diferentes aspectos das interpretações acerca do período. A professora Martina Spohr evidencia o “Documento dos oito”, um manifesto produzido por empresários brasileiros que demonstra as estratégias articuladas politicamente por uma classe que defendia seus interesses em convergência com a manutenção da ditadura.

Na esteira das ações de classe, Elisandra Galvão destaca a participação dos empresários rurais no golpe de Estado, discutindo suas mobilizações políticas para compreender como se organizaram por meio de entidades representativas e fizeram coalizões com outros segmentos. A pesquisa de autoria de Marlon Rodrigues Marques rastreia a função de segmentos religiosos alinhados às elites econômicas que mobilizaram ações contra o presidente João Goulart e em favor dos movimentos golpistas no Brasil. A inserção destes segmentos religiosos neste processo sinaliza que parcela significativa de católicos brasileiros aderiu assim como participou ativamente da constituição de uma campanha de desestabilização, tendo como desfecho a implementação de uma das ditaduras mais repressivas da história do Brasil. A relação entre capital, política, fé e conservadorismo é desvelada através da atenta pesquisa do autor.

Com ênfase na íntima relação ente direito e Estado, Renato Novaes Santiago, Antonio Ugá Neto e Iago de Macedo Mendes tratam das alterações legais realizadas pelos militares, demonstrando como essas alterações foram essenciais para o desenvolvimento dos setores monopolistas às custas de uma maior exploração da classe trabalhadora. A participação de legisladores na consolidação da ditadura empresarial-militar é o alvo do artigo de Rodrigo Jurucê Mattos Gonçalves. Fazendo-se valer de conceitos de Bourdieu e Gramsci, o autor analisa a atuação de Miguel Reale legitimando entre suas ações a forma jurídica autocrática da ditadura. A repressão mantinha uma relação intrínseca com o Poder Judiciário durante o período ditatorial no Brasil. Este também é o mote do artigo de Ayra Garrido. A pesquisadora investiga a transição jurídico-política no movimento de institucionalização da ditadura empresarial-militar a partir da atuação do General Pery Bevilaqua no Superior Tribunal Militar.

A Petrobras, maior empresa brasileira, marcada pela sua importância histórica em um dos setores econômicos estratégicos para qualquer projeto político, surge como destaque em dois artigos deste dossiê: no primeiro, Luci Praun e Claudia Lima da Costa, através de uma pesquisa documental, revelam o sistema de vigilância, monitoramento e repressão institucionalizado a partir da petrolífera brasileira; em seguida, Julio Cesar Pereira de Carvalho aponta a Petrobras com um dos vetores da contrarrevolução brasileira, sublinhando a relação entre o empresariado e as ações políticas implementadas na Petrobras no contexto do golpe de 1964. Na busca pela compreensão da pedagogia política implementada por

segmentos burgueses ligados à indústria do petróleo, Thiago Vasquinho Siqueira, no seu artigo, faz referência ao Instituto Brasileiro de Petróleo (IBP) como um dos promotores do consenso intraburguês no Brasil e, por conseguinte, faz emergir elementos que conformam o IBP como um dos agentes do “tripé da industrialização brasileira”.

No curso dos artigos reunidos neste número, Kleiton Wagner Alves da Silva Nogueira empreende um estudo acerca de experiências históricas no campo de crises sanitárias no Brasil, com destaque para a epidemia de meningite meningocócica ocorrida na década de 1970 no auge da ditadura no Brasil. Ao estabelecer conexões com a recente experiência pandêmica da Covid-19 no Brasil, o autor indica a manipulação de informações, a censura a partir do aparato estatal como características centrais dos fenômenos estudados. No exame do curso das propostas educacionais em consonância com os interesses capitalistas, Marco Antônio de Oliveira Gomes, Eduarda Miriani Stabile e Yasmin Baptista do Nascimento trazem à tona um estudo que denota a formação do trabalhador atrelada ao projeto de desenvolvimento associado e depende adotado no período militar. Partindo do pressuposto que as reformas educacionais não podem ser apanhadas de forma abstrata e tampouco descoladas das contradições que permeiam o embate entre classes, os autores oferecem para o leitor uma análise materialista das reformas no campo da educação que vigoraram nos anos de chumbo. A análise da formação no curso de Serviço Social da Universidade Federal do Piauí (UFPI) no contexto da ditadura empresarial-militar no Brasil é o objeto do artigo apresentado por Sofia Laurentino Barbosa Pereira.

As pesquisadoras Ana Penido, Pollyana Labre Andrade e Suzeley Kalil elucidam a extensa confusão entre a educação dos militares, as escolas de ensino militar, as escolas militarizadas ligadas aos sistemas de segurança pública estaduais e o programa de escolas cívico-militares, implementadas durante o governo federal de Jair Bolsonaro. As autoras, a partir da fundamentação das modalidades citadas, apontam para o fortalecimento da tutela militar sobre as instituições políticas no Brasil. Averiguando o conceito de “cultura política”, tal como empreendido por Rodrigo Motta na obra *As universidades e o regime militar*, Wesley Rodrigues de Carvalho firma a inadequação do conceito, indicando a pertinência de outros autores, entre eles Gramsci e Poulantzas, que possuem como ponto de partida a tradição marxista e que de forma mais rigorosa contribuem para a apreensão teórica do Estado, da universidade e, por conseguinte, de sua produção teórica no período ditatorial no Brasil.

Na sequência, a malfadada Educação Moral e Cívica que perdurou nos currículos escolares durante muitos anos é examinada à luz do materialismo dialético. Os professores Italo Ariel Zanelato, Marco Antônio de Oliveira Gomes e Maria Cristina Gomes Machado aproximam suas lentes de uma concepção ideológica que guardou íntima relação com o projeto de desenvolvimento e modernização das relações capitalistas arquitetadas durante a ditadura. Abordando o conhecimento histórico escolar acerca do passado ditatorial pós-1964 em duas coleções de livros didáticos que surgiram nos anos 1980 e 2010, Ana Lima Kallás considera a especificidade do conhecimento histórico escolar e suas relações com o conhecimento acadêmico, com a memória e com a história pública, atentando-se para a centralidade do livro didático na constituição do saber escolar e na sedimentação de memórias acerca de nosso passado recente.

Carlos Augusto Lima Ferreira e Erick Wesley Morais dos Santos demonstram as vinculações históricas existentes entre o Novo Ensino Médio e as políticas e diretrizes educacionais estabelecidas pelos governos da ditadura. Apesar da atual reforma propagar um caráter modernizante e inovador, suas proposições assentam-se em paradigmas que possuem referencial no regime militar. Os autores desmistificam as intenções do Novo Ensino Médio, enfatizando o seu sentido classista e ideológico. A luta das mulheres proletárias no Brasil e, por conseguinte, a participação política feminina – entre as décadas de 1930 e o golpe de 1964 – contexto da vigência, no campo da esquerda, da estratégia democrática nacional, ganha destaque no artigo apresentado por Patrícia Carla da Costa Tavares.

Ao analisar os desdobramentos do jogo do bicho enquanto empresa no período de vigência da ditadura no Brasil, Pedro Henrique Campos e Luiz Anselmo Bezerra, a partir de um minucioso estudo, revelam que o jogo do bicho expressa o caráter da ditadura brasileira na sua violência, assim como na sua autocracia marcada por um movimento de centralização de capitais que propiciou a formação de grandes grupos econômicos. Leonardo Silva Andrada, a partir do debate acerca da formação social brasileira, fazendo referência ao caráter conservador da modernização empreendida pela ditadura empresarial-militar, analisa o processo político da transição democrática, apontando o seu controle pelo alto, mas, ao mesmo tempo, tensionando a emergência histórica de um movimento de massa que possa avançar para além desta dinâmica.

Inserindo a transição em um amplo quadro da formação social brasileira, João Pedro Thimoteo mapeia as maneiras através das quais o regime empresarial-militar monitorou, interagiu e reprimiu os movimentos de massa dos trabalhadores que, ao término da década de 1970, cooperou na constituição do Partido dos Trabalhadores. Através de um conjunto de fontes primárias, o autor busca interpretar a relação entre a ditadura e o Partido dos Trabalhadores nos marcos do processo de transição política vivenciados no período. José Wilson Assis Neves Júnior, Fábio Lanza e Jeferson Anibal Gonzalez examinam fontes inéditas do arquivo de documentos do Serviço Nacional de Informações da agência de Curitiba, objetivando contribuir com dados acerca dos processos de repressão e das ações persecutórias desencadeadas contra o Partido Comunista Brasileiro (PCB) e seus militantes na conjuntura paranaense de ditadura militar (1964-1985).

Na esteira do debate, Rodolfo Machado questiona o bolsonarismo enquanto primeiro exemplo de extrema-direita internacionalizada. Assim, o pesquisador apresenta organizações anticomunistas pioneiras na internacionalização do ultrarreacionarismo brasileiro. Reconstituindo a ação de veteranos e secundaristas na conspiração anti-Goulart, no pré-1964, ampara-se na produção historiográfica, bem como nos arquivos do Serviço Nacional de Informações para evidenciar, de maneira singular, a partir de determinações concretas, um alinhamento que perpassa gerações de um duradouro e nem um pouco espontâneo movimento anticomunista que atuou efetivamente na ditadura empresarial-militar.

Mariana Monteiro Scabello brinda-nos com um estudo que explora a possível correspondência entre memória coletiva e a narrativa oficial dos governos ditatoriais no Brasil. No derradeiro artigo apresentado, Renato Lemos, a partir da combinação de características “atrasadas” e “modernas” em formações sociais particulares que adentraram no sistema capitalista de forma tardia, indica, de maneira

contínua, aspectos contrarrevolucionários atuando preventivamente e conformando-se como eixo da política brasileira. O autor, apoiando-se em exemplos históricos, evidencia a influência de perspectivas contrarrevolucionárias em face da “ameaça comunista”.

Os artigos contidos neste dossiê, anunciados de forma breve, expressam a atualidade do tema, bem como o rigor metodológico oriundo da tradição marxista. Sessenta anos após o golpe, ainda há muito para se discutir. Os estudos aqui apresentados abrem caminhos para novas pesquisas, contribuindo desta maneira na disputa por memória, verdade e justiça acerca de um evento que mudou os rumos políticos do Brasil e vitimou nas suas formas mais bárbaras inumeráveis trabalhadores e trabalhadoras que ousaram se posicionar contra um regime que, para garantir os interesses de uma determinada classe, tentava legitimar-se pelo uso extremo da violência. À vista disso, fazemos referência a canção entoada por Gonzaguinha, intitulada *Pequena memória para um tempo sem memória (A Legião dos Esquecidos)*

[...] São histórias que a história  
Qualquer dia contará,  
De obscuros personagens,  
As passagens, as coragens,  
São sementes espalhadas nesse chão [...]  
Dos humilhados e ofendidos  
Explorados e oprimidos  
Que tentaram encontrar a solução  
São cruces sem nomes, sem corpos, sem datas  
Memória de um tempo  
Onde lutar por seu direito  
É um defeito que mata

A seção dos **artigos** é aberta por André Perussi Salina e Flávia da Silva Ferreira Asbahr, que produzem reflexões acerca da validade do materialismo histórico-dialético no desenvolvimento de pesquisas teóricas. Buscam compreender as bases ontológicas, gnosiológicas e epistemológicas que orientam o método marxista e propõem alguns pressupostos para estudos teóricos que o empregam. O texto seguinte, de João Gabriel Carvalho Araújo Mello de Oliveira, Arthur Schmeling Costa, Pedro Henrique Antunes da Costa e Soraya Souza de Andrade, também parte do pensamento de Karl Marx, agora para destacar os processos de subjetivação na formação social brasileira, marcados pela violência e alienação. Os autores e a autora trabalham o fenômeno a partir da interpretação histórico-estrutural considerando as particularidades do capitalismo dependente. Já Leticia Raboud M. de Andrade e Herculano Ricardo Campos retomam o conceito de vivência/perejivânie no sistema teórico de Vigotski no sentido de estudar os fenômenos psicológicos e seus processos de desenvolvimento, relacionando-os com o tempo social e histórico e com a vivência enquanto unidade dinâmica da consciência. Acione Leite Cremonesi e Carla Villamaina Centeno analisam a concepção do educador Paschoal Lemme sobre a organização do trabalho didático no ensino técnico-profissional, descrita em sua obra **A Educação na U.R.S.S. – 1953**, onde o autor destaca a diferença entre o ensino profissional soviético e o brasileiro. No artigo, as condições da produção do Lemme e a quadra histórica da “Guerra fria” são cuidadosamente observadas para avaliar o quadro comparativo entre Brasil e URSS, contudo destaca-se a defesa do autor

do ensino unitário enquanto um processo de superação da subsunção dos jovens em formação. Lísia Nicolliello Cariello parte do arcabouço gramsciano para discutir a formação de intelectuais orgânicos vinculados às frações da classe dominante. Cariello analisa a atuação do Programa *Lemann Fellowship* na formação de jovens, no século XXI, via bolsa de estudos internacionais, para politizar empresarialmente a política e disputar a organização do Estado brasileiro.

Na sequência, Renato Oliveira e Maria Escolástica de Moura Santos aprofundam o debate sobre a subordinação da Educação Superior no Brasil à lógica do capital. Essa condição vincula-se tanto as reformas ocorridas durante a Ditadura empresarial-militar quanto àquelas atualizadas sob a ordem neoliberal, que têm acelerado o processo de expansão mercantilizada. Destacam-se, ainda, os desafios históricos para superar essa dinâmica e produzir uma educação que priorize o caráter mediador do trabalho e da educação para a humanização. Ramon Mendes da Costa Magalhães e Rodrigo Lamosa trazem uma importante avaliação sobre o “Termo de Referência em Educação Empreendedora”, documento lançado pelo SEBRAE em 2020. O artigo debruça-se sobre o SEBRAE enquanto um Aparelho Privado de Hegemonia da classe burguesa, discute a ideologia do empreendedorismo na sociedade civil e explicita as bases que sustentam a “educação empreendedora”. Luca Ribeiro Mendes Nicola e Edson Pereira Silva retornam ao livro **De que morre o nosso povo?**, de Aguinaldo Nepomuceno Marques, publicado em 1963, e ostracizado durante ditadura empresarial-militar no Brasil. Os autores defendem a validade das ideias de Marques para problematizar os conceitos de saúde em sala de aula e pensá-los articulados a estrutura econômica capitalista da sociedade. O objetivo é destacar as qualidades pedagógicas e políticas desse material no sentido de apontá-lo como apoio didático no enfrentamento aos conteúdos biologicistas e holísticos presentes na BNCC. Numa perspectiva similar, Diogo Pereira da Silva coloca em debate a mercantilização das experiências humanas a partir da obra de Banksy, que crítica a indústria cultural do Capitalismo Tardio. A partir dos conceitos de realismo capitalista de Mark Fisher e de indústria cultural de Adorno e Horkheimer, as intervenções artísticas de Banksy não analisadas como “ferramentas” que podem provocar o repensar sobre o consumo, a desigualdade e a própria arte.

Carla Curty do Nascimento Maravilha Pereira, nessa seção de artigos, abre um instigante debate em torno do trabalho reprodutivo na dinâmica das sociedades capitalistas. A partir de uma acurada revisão da epistemologia feminista contemporânea, a autora debruça-se sobre a teoria do valor de Marx e a categoria do trabalho produtivo na perspectiva de desvelar as controvérsias entre os diferentes feminismos marxistas anticapitalistas. Luiz Ismael Pereira e Beatriz Leal Maske tomam como referência Roswitha Scholz e Robert Kurz, integrantes da corrente teórica da Nova Crítica do Valor, assim como os debates da teoria da derivação do Estado e do Direito, para verificar como atua a “forma jurídica na opressão de gênero do patriarcado produtor de mercadorias, e o seu processo de “asselvajamento” no contexto pós-moderno.” No artigo, o Direito como locus de emancipação feminina é questionado e seu papel na perpetuação das assimetrias capitalistas é estudado com rigor. Em seguida, outra polêmica ocupa espaço na *Germinar*, o impacto do reconhecimento social das trabalhadoras domésticas no conflito entre capital e trabalho. Luciana Garcia de Mello dedica-se a este tema por meio da análise do processo de regulamentação do serviço doméstico no Brasil e do livro **Eu, empregada doméstica: a senzala moderna é o quartinho da**

empregada, de Preta-Rara, publicado em 2019. Axel Honneth é utilizado para abordar a ideia de progresso normativo aplicado ao mercado de trabalho enquanto Preta-Rara enuncia os relatos das trabalhadoras domésticas, que ratificam a “permanência de situações de superexploração e os limites do reconhecimento social para a luta anticapitalista.” Márcia de Fátima Rabello Lovisi de Freitas parte da Teoria da Reprodução Social para atualizar as formulações acerca dos determinantes sócio-históricos que explicam a feminização do trabalho docente no Brasil. Aqui não se pode desconsiderar que a crise da reprodução social e a precarização de trabalhos feminizados se alinham à superexploração da força de trabalho de mulheres em países de capitalismo dependente. A partir das categorias gênero, cuidado e produção de valor, Moacir Fernando Viegas revisa a literatura sobre um fenômeno contemporâneo, a “plataformização do trabalho docente” na educação básica, intensificado durante e após a crise sanitária da Covid-19. O autor destaca as novas formas de organização do trabalho que são acompanhadas pela apropriação dos saberes e dados produzidos pelos docentes, mas também chama a atenção para as formas de resistência nesses espaços, ainda que silenciosas.

O exame sobre o fenômeno do suicídio feminino a partir do pensamento de Karl Marx é objeto da análise de Jordânia Araújo. O texto do autor, **Sobre o suicídio**, fornece referências para pensar “o domínio da instituição familiar nas relações afetivas da intimidade burguesa e suas repercussões na morte voluntária.” O suicídio protagonizado por mulheres, para a autora, apresenta uma duplicidade de contravenção: “a ideia de um modelo de morte e o próprio padrão de feminilidade na sociedade moderna.” Bruna Bones e Renata Bellenzani encerram a seção dos artigos fazendo eco aos escritos do Marx no século XIX. Elas apontam as conexões entre as condições de saúde mental das mulheres às estruturas de dominação-exploração de gênero, classe e raça. “Sob a lente do feminismo marxista, da epidemiologia crítica latino-americana e da psicologia histórico-cultural, analisam pesquisas psiquiátricas epidemiológicas com uma perspectiva crítica.” O sofrimento feminino é investigado como um fenômeno socioeconômico com determinações históricas, “evitando explicações individualizantes e tendências à responsabilização e culpabilização das mulheres.”

Na seção dos **clássico/Documentos**, Vinícius Azevedo apresenta as origens e formulações acerca da “teoria da curvatura da vara”, de Althusser a Saviani, que agora podem ser localizadas diretamente em Lenin. Azevedo presenteia a *Germina*l com a tradução dos três escritos de Vladimir Ilich Ulianov Lenin, publicados, originalmente, de forma separada em três volumes do jornal *Novaya Zhizn* (*Nova Vida*), em novembro de 1905. “Este foi o primeiro artigo que Lenin escreveu para o periódico quando voltou do exílio, no início de novembro de 1905, e serviu de base para a resolução “Reorganização do Partido”, aprovada na Conferência do POSDR em Tampere (Finlândia), em dezembro de 1905.” Foi nesses manuscritos que Lenin propunha, naquela conjuntura, a “teoria da curvatura da vara”, ainda que aspeada, pois se tratava de uma máxima que não era de sua autoria, mas foi por ele significada no início do século XX.

Por fim, a edição é concluída com a seção das **resenhas**. A primeira é do Arthur Salomão, que analisa **República do capital**: capitalismo e processo político no Brasil, de autoria de Décio Saes, publicada em 2023 pela Boitempo. A segunda é do Pedro Giovannetti Moura, que discute **Ditadura Militar**. Nove ensaios sobre a política brasileira, publicado também em 2023, pelas Edições 70. São duas

obras recentes, cuja leitura crítica objetiva contribuir com a difusão do conhecimento sobre as temáticas e fortalecer a produção científica a partir do Sul global.

Boa leitura!

**Referências:**

ARÊAS, João Braga. **As Batalhas de O Globo**: ditadura militar, Lula x Collor, privatizações e a vitória do PT em 2002. Curitiba: Prismas, 2015.

BORTONE, Elaine de Almeida. **O Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais (IPES) e a Ditadura Empresarial militar**: os casos das empresas estatais federais e da indústria farmacêutica (1964-1967). Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta. "Os Moreira Salles, os Setúbal e os Villela: finanças e poder no Brasil. In: CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta (org.). **Os Donos do Capital**: a trajetória das principais famílias empresariais do capitalismo brasileiro. Rio de Janeiro: Autografia, 2017, p. 271-314.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira; BRANDÃO, Rafael Vaz da Motta; LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e (org.). **Empresariado e Ditadura no Brasil**. Rio de Janeiro: Consequência, 2020.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Estranhas catedrais**: as empreiteiras brasileiras e a ditadura civil militar, 1964-1988. Niterói: Eduff, 2014.

D'ARAÚJO, Maria. Celina, Gláucio Ary Dillon Soares, e Celso Castro. **Visões do golpe**: a memória militar sobre 1964. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

DEL ARCO BLANCO, Miguel Ángel. "El secreto del consenso en el régimen franquista: cultura de la victoria, represión y hambre". *Ayer*, n. 76/2009, p.245-268. Disponível em: [https://revistaayer.com/sites/default/files/articulos/76-8-Ayer76\\_RetaguardiaCulturaGuerra\\_Rodrigo.pdf](https://revistaayer.com/sites/default/files/articulos/76-8-Ayer76_RetaguardiaCulturaGuerra_Rodrigo.pdf). Acesso em: 7/5/2024.

DREIFUSS, René Armand. **1964**: a conquista do Estado – ação política, poder e golpe de classe. Trad.: Else Ribeiro Pires Vieira (superv.). Petrópolis: Vozes, 1981.

FERREIRA, Jorge. "O governo Goulart e o golpe civil militar de 1964". In: Jorge Ferreira, e Lucília de Almeida Neves Delgado (org.). **O Brasil Republicano**: O tempo da experiência democrática - da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 343-425.

FICO, Carlos. "Conservadorismo durante a ditadura militar". In: **Dicionário Crítico do Pensamento da Direita**: ideias, instituições e personagens. Francisco Carlos Teixeira da Silva, Sabrina Evangelista Medeiros, e Alexander Martins Vianna (org.). Rio de Janeiro: Faperj; Mauad, 2000. p. 99-100.

FICO, Carlos. "Ditadura militar brasileira: aproximações teóricas e historiográficas". **Revista Tempo e Argumento**, Cidade, v.9, n. 20, p.5-74, 2017.

FIGUEIREDO, Argelina. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política: 1961-1964. São Paulo: Paz e Terra, 1993.

GASPARI, Elio. **A Ditadura Envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.

HOEVELER, Rejane Carolina. **(Neo)liberalismo, democracia e ?diplomacia empresarial?**: a história do Council of the Americas (1965-2019). Tese de doutorado em História. Niterói: UFF, 2020.

LEMOS, Renato Luís do Couto Neto e. 2012. "A 'ditadura civil-militar' e a reinvenção da roda historiográfica". [https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A\\_ditadura\\_civil-militar\\_e\\_a\\_reinvencao\\_da\\_roda\\_historiografica.pdf](https://lemp.historia.ufrj.br/wp-content/uploads/2019/07/A_ditadura_civil-militar_e_a_reinvencao_da_roda_historiografica.pdf). Acesso em:

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. **Ditadura, anistia e transição política no Brasil** (1964-1979). Rio de Janeiro: Consequência, 2018.

LEMOS, Renato Luis do Couto Neto e. O complexo industrial militar e o Estado brasileiro. In: MATTOS, Marcelo Badaró (org.). **Estado e formas de dominação no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2017, p. 33-66.

MARTINS FILHO, João Roberto, “Adieu à la dictature militaire ?”, **Brésil(s)**, n.5, 2014, p. 17-32. Disponível em: <http://journals.openedition.org/bresils/809>. Acesso em: 17 de abr. 2024.

MELO, Demian Bezerra de et alii. “Civis que colaboraram com a ditadura”. Brasil. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório: textos temáticos**. Vol. II. Brasília: CNV, 2014, p. 313-340.

MELO, Demian. “Ditadura ‘Civil-Militar’?: Controvérsias historiográficas sobre o processo político brasileiro no pós-1964 e os desafios do tempo presente”. **Espaço Plural**, Cidade, Ano XIII, n.27, p.39-53, 2º Semestre 2012.

MELO, Demian. “O golpe de 1964 e meio século de controvérsias: o estado atual da questão”. In: MELO, Demian (org.) **A miséria da historiografia: uma crítica ao revisionismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Consequência, 2014, p. 157-188.

MORAES, Ana Carolina Reginatto. A ditadura empresarial militar e as mineradoras (1964-1988). Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2019.

MORAES, J. Q. Sobre o “aprimoramento” da expressão ditadura militar. **Portal Vermelho**. São Paulo: 2012a. Disponível em [http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id\\_coluna\\_texto=4891&id\\_coluna=24](http://www.vermelho.org.br/coluna.php?id_coluna_texto=4891&id_coluna=24). Consulta em 16 abr. 2024.

NAPOLITANO, Marcos. 1964: **História do Regime Militar Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.

REIS FILHO, Daniel Aarão. **Ditadura e democracia no Brasil: do golpe de 1964 à Constituição de 1988**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

REIS F.º. Daniel Aarão. “Ditadura e sociedade: as reconstruções da memória”. In: **ANAIS DO SEMINÁRIO 40 ANOS DO GOLPE. 1964-2004: 40 anos do golpe - Ditadura Militar e Resistência no Brasil**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 119-139.

ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína. “Uma história vigiada”. In: ROLLEMBERG, Denise; CORDEIRO, Janaína (org.). **Por uma Revisão Crítica – Ditadura e Sociedade no Brasil**. Salvador: Saggá, 2021, p. 7-41.

ROLLEMBERG, Denise; QUADRAT, Samantha. “Apresentação: memória, história e autoritarismos”. In: \_\_\_\_ (org.). **A construção social dos regimes autoritários: Brasil e América Latina**, v.2. [tradução: Maria Alzira Brum Lemos, Sílvia de Souza Costa]. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 11-32.

SILVA, Vicente Gil da. Planejamento e organização da contrarrevolução preventiva no Brasil: atores e articulações transnacionais. Tese de doutorado em História. Rio de Janeiro: UFRJ, 2020.

SPOHR, Martina. **American way of business**. Curitiba: Appris, 2020.

VILLA, Marco Antonio. **Ditadura à brasileira**. São Paulo: Leya, 2014.

### **Notas**

<sup>1</sup> Doutor em História pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e mestre em História pelo mesmo programa (2004). Professor do ensino médio junto à Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro. Pesquisador do Laboratório de Estudos Sobre Militares na Política. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6530854990714328>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3907-7158>. E-mail: [cbvasco@gmail.com](mailto:cbvasco@gmail.com)

<sup>2</sup> Doutora em História Social (UFF). Professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em Letras: cultura, educação e linguagens da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (Uesb). Líder do Laboratório de Estudos Marxistas (Uesb) – <http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0926898464030331>. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0316143579329016>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3527-1391>. E-mail: [marcialemos.uesb@gmail.com](mailto:marcialemos.uesb@gmail.com)

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Montes Claros (UNIMONTES). Licenciado em História pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professor de História efetivo da Rede Estadual de

---

Educação Básica de Minas Gerais (SEE-MG). Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4737238843270211> .Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4869-4411>. E-mail: [osvaldoteodoro2003@gmail.com](mailto:osvaldoteodoro2003@gmail.com)

<sup>4</sup> Doutora em História Social pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense (PPGH-UFF). Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFAL. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1457651729538735>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4299-5483>. E-mail: [rejanecarol@gmail.com](mailto:rejanecarol@gmail.com)

<sup>5</sup> A título de exemplo ver Mello, 2012 e 2014.

<sup>6</sup> Em tradução livre: Estado, classe e elite orgânica: a formação da ordem empresarial no Brasil, 1961-1965.

<sup>7</sup> Para alguns títulos a dedicados à análise da participação do empresariado na ditadura brasileira, ver: Arêas, 2015; Brandão, 2017; Bortone, 2018; Campos, 2014; Campos, Brandão e Lemos, 2020; Hoeveler, 2020; Lemos, 2017 e 2018; Moraes, 2019; Silva, 2020; e Spohr, 2020.

<sup>8</sup> Tema aprofundado por Elaine Bortone (2018), que em sua tese de doutorado estudou a presença, pós golpe, de quadros do IPES em diversos estratos administrativos do Estado em cargos de segundo e terceiro escalões de governo, bem como em estatais.

Recebido em: 10 de mai. 2024  
Aprovado em: 25 de mai. 2024